

Senador aponta irregularidades

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) levou ontem ao ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, cópia da representação que pretende encaminhar à Procuradoria Geral da República pedindo a apuração do que considera irregularidades na licitação de um trecho da rodovia BR-101, em Santa Catarina. A licitação foi vencida por um consórcio liderado pela Construtora OAS Ltda., e parte da verba de Cr\$ 45 bilhões, do valor da obra, sairá do Orçamento Geral da União, graças a uma emenda feita por Fiúza, no ano passado, quando era relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Suplicy denunciou a prática de preços excessivamente altos e a ilegalidade do uso de "nota técnica" para desempate entre os concorrentes.

Relatando a conversa que teve com Fiúza, Suplicy disse que o ministro justificou a emenda, no valor de Cr\$ 18 bilhões, atendendo a pedidos feitos pelo senador Esperidião Amin (PDS-SC) e Marco Maciel (PFL-PE). Eduardo Suplicy explicou a Fiúza que vai aguardar esclarecimentos do Governo de Santa Catarina a respeito do sobrepreço da obra e da irregularidade na licitação, e se as explicações não forem satisfatórias, encaminhará a representação à Procuradoria Geral da República. "Estou tendo a gentileza de aguardar até terça-feira próxima", avisou o senador.

A Assessoria de Imprensa da OAS, em Brasília informou que o alto custo da obra se deve à complexidade do trabalho a ser feito. A empresa explica que venceu a licitação para a construção de um trecho de 24,2 quilômetros entre Biguaçu e Palhoça, com a duplicação de alguns trechos da pista e quadruplicação de outros, o que eleva a 91 quilômetros o percurso a ser construído, e justifica o alto custo estimado para a licitação.